

Comentários e Notícias

A PADRONIZAÇÃO DOS MOVEIS DE USO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS

A partir de 1930, o Governo federal tem procurado aperfeiçoar a administração pública por todos os meios ao seu alcance, endereçando-a para o caminho da eficiência e economia. Empregando a palavra da moda, por todos repetida, embora não compreendida ainda totalmente na sua significação profunda, o Governo brasileiro vem se esforçando para "racionalizar" a sua atividade.

Segundo definição de um dos órgãos oficiais do Governo americano, racionalizar deve ser interpretado como a aquisição e o emprêgo de todos os meios que conduzem ao desenvolvimento econômico do país, incluindo nessa ordem de idéias a padronização do material e dos produtos acabados, a uniformização das suas especificações e dos métodos de ensaios.

A padronização dos materiais é, pois, uma das faces do problema da racionalização dos serviços e, como tal, não poderia ser descurada por um Governo que se propunha a reformar e tornar eficiente a máquina administrativa do país.

Logo nos primeiros meses que se seguiram à vitória da revolução de 1930, quando ainda não tinham voltado aos quartéis as tropas que fizeram a arrancada de outubro, o Governo Provisório creou pelo decreto n. 19.512, de 20 de dezembro de 1930, a Comissão de Padrões, cujo objetivo era a realização de "trabalhos de uniformização dos artigos destinados aos serviços públicos".

A criação da Comissão Central de Compras, verificada logo no mês seguinte, veio provocar a aceleração desse movimento de uniformização dos materiais do Governo, pois a tarefa de comprar

torria-se mais suave e lucrativa quando os materiais são uniformizados, possibilitando a reunião de várias encomendas.

A C. C. C., por instinto de defesa e para evitar perda de tempo e esforços, encabeçou o movimento, até 1935, quando foi criada a Comissão Permanente de Padronização, que até 1938 empregou sua atividade na padronização dos papéis de expediente.

O decreto-lei n. 579, de 30 de julho de 1938, extinguindo a Comissão Permanente de Padronização e atribuindo ao Departamento Administrativo do Serviço Público, criado por esse ato governamental, a tarefa de padronizar e especificar os materiais do Governo, demonstrou a persistência de idéias e de esforços do Chefe da Nação, no sentido de resolver racionalmente o problema do abastecimento das repartições.

Os primeiros frutos da atividade da Divisão do Material do D. A. S. P. apareceram agora nas Portarias ns. 164, 165, 166 e 167, relativas à "padronização dos móveis".

A PADRONIZAÇÃO DOS MOVEIS DE ESCRITÓRIO

Segundo publicou a "Revista do Serviço Público" no seu primeiro número, de novembro de 1937, um estudo sobre a padronização dos móveis de madeira para escritório havia sido encomendado pela extinta Comissão Permanente de Padronização ao Instituto Nacional de Tecnologia, que fez um trabalho completo em colaboração com o Laboratório da Comissão Central de Compras.

Esse estudo preliminar foi adotado pelo Instituto dos Industriários e pelo Ministério do Trabalho, que mobilaram as suas sedes com os tipos então desenhados e propostos.

O suntuoso Palácio do Trabalho pode assim apresentar ao visitante um aspecto uniforme no seu mobiliário, em contraste ao que se verificava anteriormente nas repartições do mesmo Ministério.

Essa experiência foi de grande valor para a Divisão do Material do D. A. S. P. que, ao reencetar os estudos da padronização dos moveis para todas as repartições, pode se louvar no uso de mais de um ano dessa tentativa de especificação.

Os modelos propostos pelo I. N. T. e pela C. C. C., em conjunto, foram adotados pelo D. A. S. P., com pequenas alterações do plano original.

Adotando ou corrigindo os tipos anteriores, a D. M. do D. A. S. P. completou o trabalho estabelecendo especificações completas para as mesas de trabalho e reunião (Especificação n. 1), cadeiras para as mesmas (Especificação n. 2), armários para livros e roupa (Especificação n. 3) e caixa para papéis usados (Especificação n. 4).

Nas especificações aprovadas e publicadas, algumas exceções são abertas, conforme se deduz das Observações :

"É permitida a aquisição de mesas, cadeiras, armários e caixas não relacionadas nas especificações, para o Gabinete Civil e Militar da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores, Gabinetes de Ministro e para ambientes onde se desempenhem funções de caráter solene".

É compreensível que para certos ambientes um outro cunho de arte ou de magestade seja exigível dos móveis, mas as mesmas razões de bom gosto exigem uniformidade do mobiliário dos salões onde se façam trabalhos coletivos. A estética, que pede para o gabinete de um Ministro mobiliário de cunho pessoal e artístico, também exige uniformidade nos ambientes em que se realizam trabalhos coletivos.

Um salão de trabalho cheio de mesas e cadeiras de tipos e cores diferentes é desagradável à vista; por mais arrumado que esteja dará sempre impressão de desordem.

O lado estético, porém, não é o único a ser considerado.

A economia resultante para o Governo é evidente, pois uma das vantagens da padronização de um produto é a redução dos preços, ou a melhoria da qualidade do material, sem aumento de custo. Essa redução de preços pode ser originada quer pela diminuição do custo de fabricação, pelo fato de realizar o industrial uma produção em série mais extensa, quer pela possibilidade proporcionada ao órgão central de compras de reunir em maiores lotes as compras anteriormente esparsas por inúmeras partidas pequenas e de padrões diferentes.

Além dessas vantagens, e principalmente em relação aos moveis, a padronização evita o desperdício; é de observação diária que os funcionários constantemente desejam possuir moveis mais perfeitos, mais artísticos e mais cômodos. Essa tendência é poderosamente auxiliada pelos vendedores que, procurando manter o mercado das repartições, oferecem sempre tipos novos e mais sedutores.

A consequência é serem os moveis ainda em bom estado encostados e substituídos por novos.

Após o estabelecimento de uma padronização, tal desperdício não se verificará mais, pois os funcionários que desejarem ter uma mesa ou uma cadeira nova receberão peças iguais às antigas.

Um dos aborrecimentos mais comuns relativos ao fornecimento dos moveis é, sem dúvida, o que se refere aos defeitos que começam a aparecer com o correr do tempo e do uso. Quando não são os tampos que racham ou empenam, são as gavetas e as táboas que emperram, recusando-se a deslizar, ou as portas que não fecham, ou as almofadas que se destacam, mostrando destoante, uma lista de madeira branca, sem verniz, que deveria estar encaixada e colada.

Tudo isso provém do mau preparo das madeiras antes de empregadas nos moveis.

As madeiras que antes do seu emprêgo não foram devidamente secas, racham ou empenam quando a umidade aos poucos se evola, mesmo através da camada de verniz de que são revestidos os moveis.

Aquí cabe um reparo a respeito da indústria de madeiras no nosso país: essa indústria extrativa que pode ser classificada de legitimamente brasileira, ainda não alcançou o adiantamento desejável. Não só a exploração e corte

das essências ainda não estão racionalizados, por meio do replantio sistemático, como também o seu aproveitamento nunca foi feito debaixo de um controle técnico rigoroso.

As nossas madeiras, entretanto, têm sido estudadas a fundo pelo Instituto Nacional de Tecnologia do Rio e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de S. Paulo. Apesar disso, uma única medida de ordem prática, capaz de influir sobre a mentalidade dos industriais, foi posta em execução pelo segundo dos Institutos Tecnológicos acima citado: a construção de uma estufa modelo, com capacidade para 50 metros cúbicos, com o fim de secar, sob um controle rigoroso, as madeiras destinadas aos trabalhos de carpintaria e marcenaria realizados na capital bandeirante.

Certamente que uma estufa dessa natureza, embora realizando de maneira prática a secagem das madeiras, não atenderia nem de longe às necessidades da indústria madeireira de S. Paulo; ela vale pela lição prática que dá àqueles que usam, quando usam, o processo empírico de secagem ao ar livre.

Esse exemplo já frutificou e temos notícia de que mais de uma empresa paulista já iniciou a construção de câmaras de secagem, de grande capacidade, sob a orientação do I. P. T.

Aquí no Rio, ainda não pudemos dar aos industriais da terra essa facilidade e essa demonstração, devido às exiguas verbas de que dispõe o nosso Instituto Nacional de Tecnologia, cujo pessoal procura suprir com esforço e dedicação a falta de recursos materiais.

Vem a pêlo este comentário porque nas especificações dos moveis já publicadas é feita a limitação da umidade da madeira a uma porcentagem máxima de 12 %.

A finalidade dessa exigência é muito útil, pois será a garantia de que nenhum movel ou parte de movel empenará ou rachará.

A determinação da umidade da madeira empregada no movel evitará que, após o recebimento e aceitação de um movel aparentemente perfeito, ao fim de um ano a repartição tenha o desprazer de vê-lo defeituoso pelo motivo de ter sido feito com madeira "verde".

Do ponto de vista do interesse estrito da repartição, pouco interessa que o fornecedor, entregando uma peça confeccionada com material não aceitável, a receba de volta e fique ainda com a obrigação de fornecer outra em condições, sob

ameaça de penalidades, caso não cumpra o contrato de venda que fez com a repartição.

Encarada a questão de um ponto de vista mais geral, é preciso que o Governo, por meio do seu Instituto Tecnológico, oriente previamente os industriais afim de evitar-lhes os prejuizos decorrentes da recusa de moveis feitos em desacôrdo com as especificações. A orientação deverá ser antes de tudo de ordem prática, e o melhor exemplo a seguir é o do Instituto Paulista, construindo uma câmara de secagem de dimensões industriais e pondo-a à disposição dos madeireiros, mediante módica remuneração. Aos poucos os industriais se habituarão a secar rapidamente as madeiras que empregam, e a garantia de qualidade disso decorrente formará uma mentalidade suficientemente esclarecida a respeito desse assunto.

Essa função está perfeitamente enquadrada dentro das finalidades do Instituto Nacional de Tecnologia.

DETALHE DA PADRONIZAÇÃO DOS MÓVEIS

A orientação seguida no dimensionamento dos moveis derivou da fixação das dimensões dos papéis de expediente.

A "Revista do Serviço Público", no seu primeiro número, ao noticiar e comentar pela pena de um dos seus colaboradores a padronização dos papéis de expediente, afirmou que da escolha dos formatos fundamentais dos impressos decorreria a padronização de todo o mobiliário de escritório. Reproduziu, então, uma gravura de uma das publicações da Associação Alemã de Padrões, onde estão desenhadas todas as consequências da fixação do formato fundamental do papel: nela vemos mesas, armários, arquivos, pranchetas de desenho, caixas para papéis, molduras de quadros, livros, plantas, desenhos, etc.

Era lógico, pois, esperar que, do trabalho preliminar da extinta Comissão Permanente de Padronização, fôsse tiradas outras vantagens para a racionalização dos serviços além das já muito grandes observadas em relação à uniformização dos papéis de expediente.

A primeira que nos aparece é a possibilidade de dimensionar definitivamente os moveis de escritório.

Com efeito, com exceção da altura das mesas e dimensões das cadeiras, que são função do nosso tipo antropológico, todas as outras dimensões decorrem do formato dos papéis que determinam

a largura e a profundidade das gavetas sem margem para grandes variações.

Examinando a padronização ora publicada, na parte referente às gavetas, vemos que para as mesas de funcionários e chefes de seção (M-1, M-2 e M-3) foram adotados somente 5 tipos de gavetas :

- 2 tipos para gaveta central
- 1 tipo para gaveta comum
- 1 tipo para gavetão (tipo arquivo)
- 1 tipo para gaveta única da mesa M-4.

As gavetas foram desenhadas para conterem, apenas com a folga necessária ao manuseio, os papéis padronizados. Foi adotado um sistema de separadores removíveis de forma que o funcionário pode dividir a gaveta em retângulos que correspondem aos formatos padrão dos papéis, ou, não querendo se utilizar dessa vantagem, deixar a gaveta livre colocando no fundo da mesma as taboinhas divisoras, num lugar adrede preparado.

Fixadas as dimensões das gavetas, delas decorreram os tipos das mesas, que foram fixadas nas seguintes dimensões :

- Mesa M-1 para chefe de serviço (com 1,70 x 0,85 x 0,78)
- " M-2 para funcionário (com 1,50 x 0,85 x 0,78)
- " M-3 idem (com 1,30 x 0,85 x 0,78).
- " M-4 para contínuo (com 1,10 x 0,70 x 0,78).

As mesas para datilógrafas foram classificadas em dois tipos :

MM-1 com 1,20 x 0,65 x 0,70

MM-2 com 0,85 x 0,50 x 0,70, tendo uma gaveta única.

As gavetas para as mesas de datilógrafas obedecem ao tipo mais moderno, com divisões inclinadas para papéis.

Mensão especial deve ser feita ao tipo elegante e sóbrio das mesas de reunião, que são de dois tipos :

MR-1 com 2,00 x 1,00 x 0,78.

MR-2 com 3,00 x 1,20 x 0,78.

As cadeiras, complemento indispensável das mesas, foram padronizadas em 4 tipos, que atendem a todas as necessidades comuns :

C-1 Cadeira giratória com braços

C-2 Cadeira fixa com braços

C-3 Cadeira fixa sem braços

C-4 Cadeira giratória sem braços para datilógrafa.

O armário para livro é um tipo bem aceitável em qualquer ambiente, por mais luxuoso que seja, munido de portas corredeiras com vidro tipo "catedral", que lhe empresta uma grande distinção. Suas dimensões são 1,66 de altura, 0,45 de profundidade e 1,50 de largura.

Finalmente, queremos chamar atenção para o armário guarda-roupa, com 4 corpos, e cujo interior é muito mais cômodo que o dos armários de aço comumente encontrados nas casas desse gênero.

A CONFERENCIA DOS MINISTROS DE FAZENDA EM MONTEVIDÉU

Atuação da Delegação Brasileira e resultados de alcance
nacional e internacional ali colhidos

Em data de 25 de maio último, assinou o sr. Presidente da República o decreto-lei n. 1.299, aprovando e mandando pôr em execução as medidas relativas a assuntos aduaneiros adotadas na Conferência dos Ministros da Fazenda da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, realizada em

Montevidéu, entre os últimos dias de janeiro e 3 de fevereiro do corrente ano.

As atividades que assinalaram essa reunião de titulares dos quatro países tiveram oportunamente, através das informações telegráficas, a sua divulgação para o público brasileiro, mas divulga-